



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO SETORIAL DE ENERGIA ELÉTRICA**

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO CT- ENERGI

Data: 19 de abril de 2007
Local: Sala VIP do Hotel Nacional
Horário: Das 14h às 18h

1 - PRESENTES

1.1 - Membros Titulares do Comitê Gestor:

Luiz Antônio Elias (Presidente)	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Fernando Nielander Ribeiro	Agência FINEP
Dilton da Conti Oliveira	MME
Elizabeth Ferreira Cartaxo	Comunidade Científica
José Luiz Pereira Brittes	Setor Empresarial
Luis Cláudio Silva Frade	Setor Empresarial
Máximo Luiz Pompermayer	ANEEL

1.2 - Secretaria Técnica – SETEF / Agências e Participantes:

Carlos Alberto Pittaluga Niederauer	CNPq
Eduardo Soriano	MCT
Rita Rodrigues de Assunção	MCT
Eliana Lara	MCT
Laércio de Sequeira	FINEP
Adelson Gomes Ferraz	MME/CHESF
Márcio Ramos de Oliveira	CNPq

2 - PAUTA DA REUNIÃO

1. Análise da situação orçamentária do Fundo de Energia em 2007;
2. Proposta de ações transversais para 2007/2008;
3. Outros assuntos.

3 - ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 - Abertura:

Iniciando a reunião, o Presidente do Comitê Gestor, Dr. Luiz Antônio Elias, cumprimentou os presentes e pediu desculpas pelo seu atraso. Em seguida, leu a pauta da reunião e informou que os trabalhos seriam iniciados com as apresentações da FINEP e do CNPq, tendo em vista a necessidade de se fazer um levantamento das ações realizadas em 2006 (recursos disponibilizados, execução, resultados obtidos etc), bem como daquelas que têm continuidade e rebatimento em 2007 e 2008. O item seguinte seria a aprovação da ata referente à última reunião e, na seqüência, seria apresentado o plano de investimento para 2007. Em seguida, solicitou ao Sr. Carlos Alberto Pittaluga, representante do CNPq, que iniciasse sua apresentação.

Apresentação do CNPq

O Sr. Pittaluga fez, inicialmente, uma exposição sobre a situação do Fundo, destacando o que havia sido executado até abril de 2007. Em seguida, atualizou os dados apresentados pela agência na reunião anterior, ocorrida no dia 20.11.2006, e mostrou um resumo dos resultados dos editais e das encomendas sob responsabilidade do CNPq. Por fim, teceu comentários sobre a quantidade de bolsas que ainda estavam em vigência e discorreu sobre as quatro ações transversais e as três verticais executadas por aquela agência (**Anexo I**).

Apresentação FINEP

O Sr. Fernando de Nielander Ribeiro fez, inicialmente, um rápido comentário sobre as ações que foram desenvolvidas pela FINEP, no ano de 2006, com recursos do CT-Energ, bem como sobre a parcela de recursos aplicada em ações de exercícios anteriores. Em seguida, apresentou informações sobre a chamada vertical lançada em 2006, as onze chamadas transversais que contavam com aporte de recursos do CT-Energ e também sobre as encomendas. Informou que, em 2005, foram processados cerca de trezentos e sessenta novos projetos, sendo que, desse total, a grande maioria já se encontrava contratada e em fase de implementação. Disse ainda que, para 2007 havia um elenco de, aproximadamente, duzentos e cinqüenta projetos em andamento que comprometiam recursos do Fundo, considerando tratem-se de projetos cuja execução se estendia por mais de um período. Ao final de sua exposição, convidou o Sr. Laércio Sequeira para apresentar um detalhamento dos dados.

O Sr. Laércio apresentou um relatório sobre a Lei de Criação do Fundo, destacando as atribuições dos membros do Comitê, as diretrizes e as modalidades de ação. Em seguida, apresentou uma planilha com a descrição das ações realizadas em 2006, comentando o andamento de cada uma delas (valores aprovados, fase em que se encontravam etc) (**Anexo II**).

O Presidente do Comitê informou que o objetivo daquelas apresentações era permitir ao Comitê ter uma visão geral do que estava em carteira, bem como do andamento das ações. Em seguida, abriu a sessão para os questionamentos com relação às apresentações das agências.

O Sr. Luiz Cláudio Silva Frade solicitou esclarecimento em relação à encomenda vertical do *Laboratório de Caracterização e Controle de Biodiesel/Centro-Oeste, Nordeste, Sul, Sudeste e Rede Norte*, apresentada pela FINEP. Segundo ele, suas dúvidas eram motivadas pelo fato de o laboratório da Região Norte ter sido instalado em uma instituição do Nordeste. O Sr. Laércio esclareceu que, quando foi montado o Programa Nacional de Biodiesel, verificou-se a necessidade de ter laboratórios credenciados pela ANP para que, de fato, o biodiesel pudesse ser comercializado. A ANP já tinha estabelecido uma grande rede de caracterização e de controle de combustíveis de biodiesel, de fóssil e de álcool. Assim, a maneira mais rápida de se implementar o programa, tendo em vista os requisitos exigidos, foi essa. O Sr. Fernando informou, ainda, que tratava-se de uma ação realizada em parceria com a UnB, que resultou na elaboração de um grande mapa de cada laboratório dessa rede. Em vista disso, a ANP indicava qual era o laboratório que, a seu ver, tinha

mais capacidade para coordenar a implantação dessa compra de equipamento e distribuição em cada região. Informou também que o laboratório indicado era encarregado de fazer a unificação das pontes e que, para 2007, estava prevista uma complementação do projeto. O Sr. Adriano Duarte Filho esclareceu que no Norte havia cerca de cinco laboratórios, sendo que o do Rio Grande do Norte estava encarregado de fazer a coordenação do projeto. O Sr. Dilton da Conti Oliveira, considerando a informação de que o laboratório da Universidade Federal do Amazonas era o que fazia o controle no Amazonas, ressaltou que, no seu entendimento, esse fato deveria motivar a existência de um laboratório central na região. Nesse sentido, indagou se já existia um laboratório de referência no Brasil ou no exterior, a fim de se evitar comprar equipamentos que em pouco tempo poderiam ser desconsiderados por falta de certificação. O Sr. Adriano esclareceu que o INMETRO fazia a certificação do laboratório. Após as discussões, o Presidente esclareceu que, para efeito dessa ação, o Ministério da Ciência e Tecnologia havia trabalhado a questão da tecnologia e da infra-estrutura e que a ANP havia ficado responsável pela ótica e logística do procedimento da certificação das normas e procedimentos legais que deveriam ser assegurados. Portanto, a decisão referente à condição do laboratório caberia à ANP, que tem suas normas específicas para atender, inclusive, a requisitos internacionais. Nesse contexto, o papel do MCT restringiu-se ao aparelhamento e à instalação da infra-estrutura necessária para que o laboratório atenda às normas.

Dando seqüência à pauta, o Presidente colocou em votação a aprovação da ata referente à última reunião. Sem manifestações contrárias por parte dos membros, a ata foi considerada aprovada.

Em seguida, o Presidente passou à discussão do Plano de Investimento para 2007. O Sr. Frade lembrou que na reunião anterior havia uma orientação de que fossem encaminhadas demandas para ações verticais e indagou se elas foram avaliadas. O Presidente respondeu que todas as ações foram avaliadas e que muitas delas foram consideradas transversais. Explicou os critérios que nortearam a definição das ações transversais, o foco direcional que foi dado para evitar a pulverização dos recursos e os quatro eixos orientadores do trabalho do MCT: (i) Infra-estrutura Institucional; (ii) Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE; (iii) Programas de Áreas Estratégicas e Portadoras do Futuro; e (iv) Programas nas Áreas Específicas de Inclusão Social. Solicitou, então, que os membros verificassem a planilha das ações transversais constante das pastas e ao abordar, especificamente, a questão do orçamento, o Presidente esclareceu que o CT-Energ estava com uma carteira maior do que os recursos disponíveis para o ano de 2007, o que inviabilizava novos aportes. Informou, porém, que o CT-Energ era o terceiro fundo em termos de origem de bolsas e o que mais contribuía para o processo de inovação, pesquisa e desenvolvimento no País. Em vista disso, afirmou ter encaminhado sua preocupação ao Senhor Ministro, que recomendou ao Comitê verificar a possibilidade de se reestruturarem as ações existentes dentro da FINEP, garantindo-se a implementação daquelas que o Comitê julgar mais estruturantes, tendo se comprometido também a buscar recursos para regularizar a situação do Fundo. Esclareceu que as ações indicadas na planilha haviam sido tiradas do conjunto de propostas enviadas por meio eletrônico, tendo sido selecionadas aquelas consideradas mais aderentes ao CT-Energ como: formação e capacitação de recursos humanos; biocombustíveis; infra-estrutura laboratorial; e programa de energia nuclear. Nessa mesma linha, esclareceu que, embora o Fundo de Energia não tenha recursos disponíveis, as ações indicadas na planilha poderiam ser contempladas com apoio de outros fundos. O Sr. José Luis Pereira Brittes considerou serem necessárias uma caracterização e uma qualificação mais adequadas da demanda, com vistas a se esclarecerem os critérios que acabaram desencadeando a decisão. Em seguida, sugeriu que todas as ações fossem discutidas, inicialmente, com a preocupação de se delinear o problema, definir *targets* e, finalmente, qualificar os aspectos necessários para se formatar uma ação, seja vertical ou transversal. O Presidente concordou com o questionamento e assumiu o compromisso de, na próxima reunião, trazer um conjunto de resumos de cada uma das ações para permitir tais esclarecimentos. Quanto ao aspecto da transversalidade, afirmou não concordar com a posição apresentada por considerar que a ação foi bem construída. Disse que as ações, quando são encaminhadas para consolidação na FINEP, passam

pelo processo anterior de maturação, sendo elaboradas e estruturadas para chegarem a essa vertente. Sugeriu que o Comitê aprovasse, a cada ano, duas ou três visitas técnicas com a participação do Ministério para que, *in loco*, pudesse ser verificada se a ação teve resultado ou não.

O Sr. Frade questionou a ação “*Desenvolvimento de Unidades Inerciais para Aplicação Aeroespacial*”, por considerá-la sem aderência ao setor de energia. O Presidente respondeu que a ação transversal é uma ação integradora, mas deixou claro que cabia ao Comitê julgar ser pertinente ou não o apoio a ela. A Senhora Elizabeth ponderou que, para se alocar algum recurso, mesmo sendo uma ação transversal, seria necessário ter aderência à área de energia. O Presidente esclareceu que o CT-Energ, em virtude de sua situação, estaria apoiando estruturalmente, isto é, contribuindo apenas com sua posição de fundo para o processo de definição das ações a serem apoiadas, pois que, nesse primeiro momento, não haveria alocação de recursos por parte do CT-Energ. Propôs, então, que os membros do Governo, do setor privado, do setor empresarial e do setor acadêmico fizessem um trabalho de elaboração de termos de referência de ações estruturantes para o setor de energia. A partir daí, o Presidente tentaria buscar novos recursos, fosse em decorrência de frustrações, fosse como fruto da revisão do processo orçamentário, que poderia acontecer a partir de agosto.

Continuando, o Presidente iniciou a discussão referente à aprovação das propostas transversais. Todos os membros concordaram em aprovar as propostas apresentadas na planilha, com exceção do item “*Desenvolvimento de Unidades Inerciais para Aplicação Aeroespacial*”.

A Senhora Elizabeth Ferreira Cartaxo lembrou que na reunião anterior havia ficado acertada a realização de um *workshop* e indagou da possibilidade de que isso viesse mesmo a acontecer. O Presidente reafirmou sua intenção de realizar o *workshop* e sugeriu que, ao final da reunião, o Comitê definisse uma data para a realização do evento. Propôs que o evento abordasse a avaliação das ações em curso, por parte da FINEP e do CNPq, que apresentariam também um cenário dos resultados alcançados desde 2003 até o momento, incluindo editais e encomendas. Além disso, seriam realizadas palestras sobre matriz energética brasileira, que poderia ficar a cargo do Ministério das Minas e Energias. Sugeriu também que, a exemplo do que havia sido feito no CT-Mineral, fosse realizado um seminário de avaliação sobre os projetos considerados mais estruturantes, convidando-se demandantes e clientes a apresentarem os resultados alcançados. A idéia seria permitir que o Comitê acompanhasse permanentemente os projetos apoiados pelo CT-Energ, a fim de receber sinalizações que possam subsidiar futuras decisões. Os membros concordaram. O Presidente solicitou então aos membros a formação de um grupo para discutir ações de relevância voltadas para o setor de energia e sugeriu que, como resultado dessa iniciativa, fossem elaborados termos de referência para análise na próxima reunião do Comitê Gestor. Em seguida, pediu ao Sr. Fernando que complementasse as informações a respeito do orçamento.

O Sr. Fernando esclareceu que a totalidade de compromissos assumidos pelo CNPq e FINEP haviam comprometido os recursos aprovados na lei orçamentária para o ano de 2007, que era da ordem de R\$66 milhões, e que foram significativamente reduzidos com relação ao ano anterior, quando se dispunha de algo em torno de R\$100 milhões. O Sr. Máximo Luis Pompermayer questionou o por-quê de o orçamento ser de 66 milhões, isto é, inferior aos orçamentos dos dois últimos anos. Segundo ele, o que vinha sendo observado era o aumento dos valores a cada ano e não sua diminuição. O Presidente concordou com a colocação e sugeriu que fosse registrado em ata a recomendação de que o Comitê faça um acompanhamento mais constante da aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Energia.

Após mais alguns questionamentos, os membros do Comitê decidiram que a data para realização do *workshop* seria o dia 15.06.2007, na parte da manhã, tendo sido definido também os membros que comporiam o grupo de trabalho que elaborará o conteúdo do evento que são: Elizabeth Ferreira Cartaxo, UFAM, José Luiz Pereira Brittes, Setor Empresarial, Luis Cláudio Silva Frade, Setor Empresarial, Adriano Duarte Filho, MCT, e Laercio de Sequeira, FINEP. Além disso, decidiram que seria realizada reunião ordinária do CT-ENERG, também no dia 15.06.2007, na parte da tarde. Finalmente, o Presidente indagou se alguém mais gostaria de se manifestar. Não havendo novas colocações, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

4- ASSINATURAS

LUIZ ANTONIO ELIAS

Presidente do Comitê Gestor

DILTON DA CONTI

Representante do MME

FERNANDO NIELANDER RIBEIRO

Representante da FINEP

ELIZABETH FERREIRA CARTAXO

Representante da Comunidade Científica

MÁXIMO LUIZ POMPERMAYER

Representante ANEEL

JOSÉ LUIZ PEREIRA BRITTES

Representante Setor Empresarial

LUIZ CLÁUDIO SILVA FRADE

Representante Setor Empresarial

ANEXO I

ANEXO II